

Comissões divergem sobre Agência Espacial Brasileira

por Luiza Pastor
de Brasília

O Projeto de Lei nº 3.711, do governo, que cria com natureza civil a Agência Espacial Brasileira (AEB), recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Já na Comissão de Finanças e Tributação, o parecer do relator, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), foi rejeitado e o projeto seguirá a plenário com parecer contrário a ser elaborado pelo deputado Pedro Novais (PPR-MA).

A criação da agência, na Comissão de Finanças e Tributação, foi considerada prejudicial por Paulo Novais, que alegou ser absurdo o governo pretender criar uma nova instituição ao mesmo tempo em que propõe a criação de um no-

vo imposto, o IPMF, sobre movimentação financeira.

A idéia da criação de uma agência civil para administrar o programa espacial brasileiro havia surgido ainda durante o governo do ex-presidente Fernando Collor, mas acabou sendo encampada pelo presidente Itamar Franco e incluída entre os projetos de seu Plano de Governo. Para os membros da Comissão Brasileira Aeroespacial (Cobae), hoje administrada dentro do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), a desmilitarização da agência poderá facilitar ao País o acesso a tecnologias sensíveis necessárias ao programa e cuja concessão é atualmente vetada pelos países desenvolvidos, que alegam que essas tecnologias possam vir a ser usadas para fins bélicos.